

PLANTAS MEDICINAIS E CONSERVAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE: UM OLHAR SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES NO SUDOESTE DO PARANÁ

MEDICINAL PLANTS AND AGROBIODIVERSITY CONSERVATION: A LOOK AT WOMEN'S CONTRIBUTION IN SUDOESTE PARANÁ

Cristiane Maria Tonetto Godoy, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, guriaccr@hotmail.com; Serinei César Grígo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, serineister@gmail.com; Joel Donazzolo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, joel@utfpr.edu.br; Leandro Carvalho, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, leandrocar2013@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): GT5. Agricultura familiar e relações de gênero no meio rural

Resumo

As plantas medicinais têm sido utilizadas como alimento e remédios ao longo da história da humanidade. Atualmente, no Brasil, existe um cenário de oportunidades e incentivos para o resgate, produção e uso das plantas medicinais, principalmente com o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, que visa dentre outros objetivos, fortalecer as cadeias e os arranjos produtivos. Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo compreender como se encontra a conservação e uso da agrobiodiversidade relacionada às plantas medicinais nas propriedades rurais do Sudoeste do Paraná. Como metodologia, foi aplicado um questionário semiestruturado em 46 propriedades e em 8 municípios (Flor da Serra, Salgado Filho, São Jorge do Oeste, Mangueirinha, Marmeleiro, Quedas do Iguaçu, Renascença e Verê), no período de 2023, 2024 e 2025. As perguntas, constantes no questionário, estavam relacionadas à: composição familiar; aspectos socioeconômicos; acesso à informação; aspectos sobre alimentos produzidos e consumidos; levantamento da agrobiodiversidade de interesse; e questões gerais sobre o uso da agrobiodiversidade. Ao examinar as propriedades, das 46 visitadas, apenas 23 propriedades lembraram de algum tipo de planta medicinal na propriedade. Igualmente, o cuidado dessas plantas em 22 propriedades é da responsabilidade da mulher. Já em relação à comercialização, apenas 2 propriedades possuem a geração de renda oriunda das plantas medicinais. Assim, a conservação das plantas medicinais encontra-se atrelado em grande parte pelo uso que as famílias fazem delas, como exemplo, medicamentos, temperos e alimentos, e principalmente pelo cuidado das mulheres. Assim, para que essas plantas sejam conservadas e/ou comercializadas nas propriedades rurais é de suma importância um fomento de assistência técnica mais efetiva, bem como a criação e acesso às políticas públicas para esse segmento, em especial, para as mulheres rurais.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Comercialização; Agrobiodiversidade; Rural.

Abstract

Medicinal plants have been used as food and medicine throughout human history. Currently, in Brazil, there is a scenario of opportunities and incentives for the rescue, production and use of medicinal plants, especially with the National Program of Medicinal Plants and Herbal Medicines, which aims, among other objectives, to strengthen production chains and arrangements. In this sense, the present work aimed to understand how the conservation and use of agrobiodiversity related to medicinal plants is found in rural properties in the Sudoeste of Paraná. As a methodology, a semi-structured questionnaire was applied in 46 properties and in 8 municipalities (Flor da Serra, Salgado Filho, São Jorge do Oeste, Mangueirinha, Marmeleiro, Quedas do Iguaçu, Renascença and Verê), in the period of 2023, 2024 and 2025. The questions contained in the questionnaire were related to: family composition; socioeconomic aspects; access to information; aspects about food produced and consumed; survey of agrobiodiversity of interest; and general questions about the use of agrobiodiversity. When examining the properties, of the 46 visited, only 23 properties remembered some type of medicinal plant on the property. Likewise, the care of these plants in 22 properties is the responsibility of the woman. In relation to commercialization, only 2 properties have income generation from medicinal plants. Thus, the conservation of medicinal plants is linked to a large extent by the use that families make of them, such as medicines, spices and food, and especially by the care of women. Thus, for these plants to be conserved and/or marketed on rural properties, it is of paramount importance to promote more effective technical assistance, as well as the creation and access to public policies for this segment, especially for rural women.

Key words: Family farming; Marketing; Agrobiodiversity; Rural.

1. Introdução

As plantas medicinais têm sido utilizadas desde as antigas civilizações como alimentos ou remédios (Monteiro; Brandelli, 2017). Registros arqueológicos apontaram o uso das plantas medicinais desde 60.000 anos a. C., em especial, nos povos antigos como os egípcios, gregos, persas e os povos da América Pré-colombiana, que aplicavam essas plantas com fins terapêuticos, contribuindo assim, para o conhecimento da medicina tradicional (Rocha *et al.*, 2015).

No Brasil, o conhecimento sobre o uso das plantas medicinais tem origem com a herança das etnias indígena, negra e europeia (Santos; Júnior; Lima, 2023). Durante o período do tráfico de escravos muitas espécies foram trazidas para o país, fazendo com que a medicina popular fosse fortemente influenciada por essa cultura, em especial nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste (Almeida, 2011). A herança indígena, por sua vez, contribuiu pelo uso das plantas medicinais no combate às enfermidades (Almeida, 2011; Santos; Innecco, 2004).

Atualmente, existe um cenário mundial de oportunidades e incentivos para o resgate, produção e uso das plantas medicinais, tal como a Organização Mundial de Saúde (OMS) que vem orientando seus países membros a estimularem o uso das plantas e da fitoterapia na saúde pública (Stremel; De Grandi; Stremel, 2016). Especificamente no Brasil, o Decreto n.º 5.813, de 22 de junho de 2006, estabeleceu as diretrizes e linhas prioritárias para o desenvolvimento, acesso e uso racional das plantas medicinais e fitoterápicos, constituindo a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Brasil, 2006). Em 2009, o governo criou o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, que visou “garantir o acesso seguro e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos e contribuir com desenvolvimento de tecnologias e inovações, assim como o fortalecimento das cadeias e dos arranjos produtivos, o uso sustentável da biodiversidade brasileira [...]” (Brasil, 2009, p. 7). O Ministério da Saúde disponibiliza em sua página uma relação de medicamentos fitoterápicos, norteando os profissionais da saúde prescrição, dispensação e promoção do uso racional dos medicamentos, além do incentivo que plantas medicinais devem estar presentes no Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2025).

Nesse cenário, a agricultura familiar pode desempenhar um papel fundamental, tendo em vista a segurança alimentar, manutenção dos saberes tradicionais e a preservação do meio ambiente (Stroparo, 2023; Stroparo; Floriani, 2024). O uso e cultivo de plantas medicinais por agricultores familiares se torna essencial para conservação da agrobiodiversidade (Dos Santos; Júnior; Lima, 2023). Ademais, as plantas medicinais na agricultura familiar permitem a preservação dos saberes e da cultura popular, essa conservação não somente é importante para as comunidades rurais, mas também para o conhecimento científico, já que muitas dessas plantas fazem parte de tratamentos ou princípios ativos de medicamentos (Costa; Oliveira, 2017).

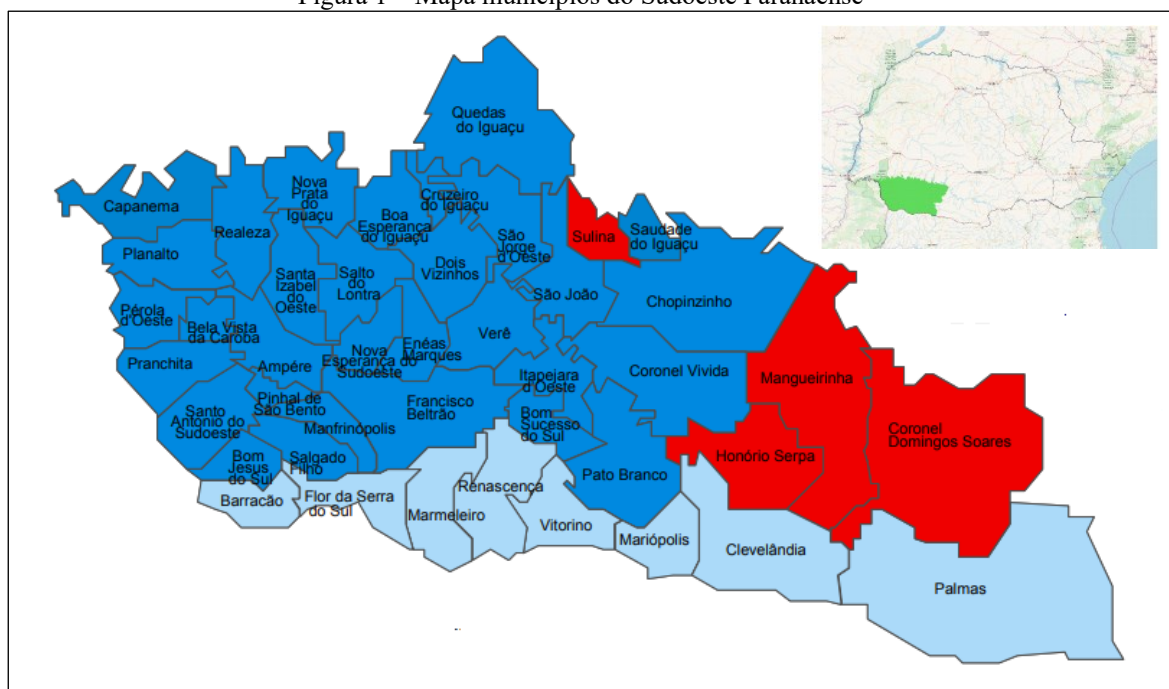
A partir desse cenário que o presente trabalho se constrói. Nesse sentido, esse estudo teve como objetivo compreender como se encontra a conservação e uso da agrobiodiversidade relacionada às plantas medicinais nas propriedades rurais do Sudoeste do Paraná. Ao final, esperamos contribuir com a discussão sobre a conservação da agrobiodiversidade, em especial, das plantas medicinais nas propriedades rurais familiares.

2. Aspectos Metodológicos

A região Sudoeste do Paraná foi constituída pela Lei Estadual n.º 15.825/2008, sendo formada por 42 municípios, a saber: Palmas; Clevelândia; Honório Serpa; Coronel Domingos Soares; Mangueirinha; Pato Branco; Chopinzinho; Coronel Vivida; Itapejara d'Oeste; Mariópolis; Bom Sucesso do Sul; São João; Saudade do Iguaçu; Sulina; Vitorino; Capanema;

Bela Vista da Caroba; Ampére; Pérola d'Oeste; Planalto; Pranchita; Realeza; Santa Izabel do Oeste; Francisco Beltrão; Dois Vizinhos; Bom Jesus do Sul; Cruzeiro do Iguaçu; Boa Esperança do Iguaçu; Enéas Marques; Flor da Serra do Sul; Barracão; Manfrinópolis; Marmeleiro; Nova Esperança do Sudoeste; Nova Prata do Iguaçu; Pinhal de São Bento; Renascença; Salgado Filho; Salto do Lontra; Santo Antônio do Sudoeste; São Jorge d'Oeste; e Verê. Entretanto, no Estudo “Os Vários Paranás”, ano 2005, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) (2009), houve um recorte analítico referente a espacialidade, acrescentando nesse momento o município de Quedas do Iguaçu na região do sudoeste, totalizando 43 municípios, com a divisão social fundamentada nas atividades agroindustriais.

Figura 1 – Mapa municípios do Sudoeste Paranaense



Fonte: Ipardes (2009, p. 6).

O sudoeste paranaense tem como particularidade a intensa participação da agricultura familiar, isso se deve às condições naturais e ao próprio processo de colonização da região. Aliás, a região apresenta elevada participação da população rural, mesmo após a queda nominal ocorrida a partir da década de 1980. Já a estrutura fundiária encontra-se centrada em propriedades familiares e em assentamentos rurais, conjugados a um aparato técnico-científico de instituições e de organizações sociais de agricultores (Ipardes 2009). Ainda, conta com a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP), uma entidade civil que visa a integração econômica e social dos municípios, e a Agência de Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná (AGÊNCIA), um espaço político-social que visa o desenvolvimento e integração do sudoeste paranaense.

Para atender o objetivo do estudo, foi aplicado um questionário semiestruturado em 46 propriedades e em 8 municípios (Flor da Serra, Salgado Filho, São Jorge do Oeste, Manguelirinha, Marmeleiro, Quedas do Iguaçu, Renascença e Verê), no período de 2023, 2024 e 2025. As propriedades selecionadas fazem parte das organizações: Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR) e Cooperativa da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná (COOAFASP). Salientamos que este trabalho recebeu apoio da Fundação Araucária e da Itaipu Parquetec.

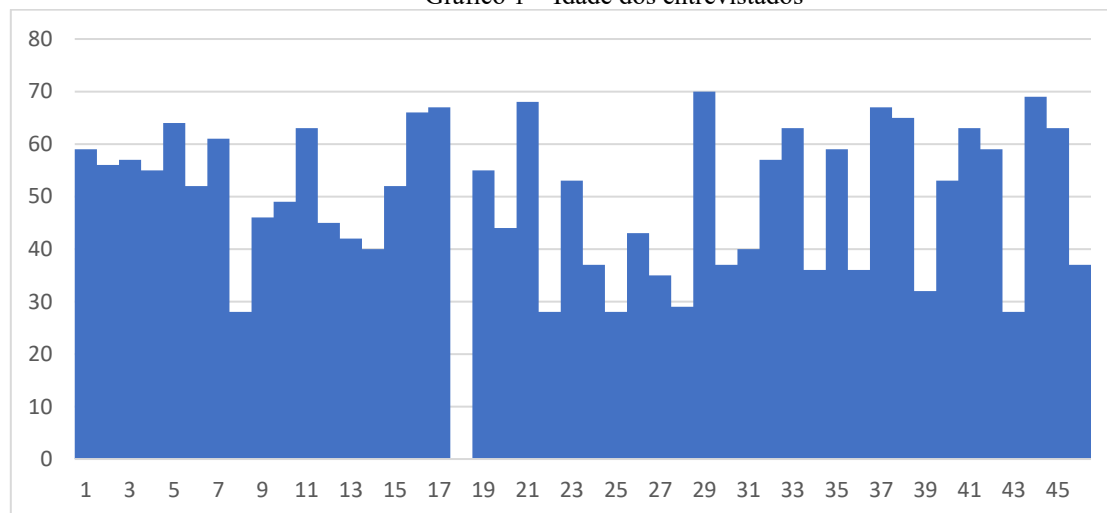
As perguntas, constantes no questionário, estavam relacionadas a: composição familiar; aspectos socioeconômicos; acesso à informação; aspectos sobre alimentos produzidos e consumidos; levantamento da agrobiodiversidade de interesse; e questões gerais sobre o uso da agrobiodiversidade. Especificamente para esse artigo foi utilizada parte do questionário com os seguintes contextos: levantamento das plantas medicinais e seus usos; existência ou não de comercialização das plantas medicinais; responsável pela propriedade e pelos cuidados com as plantas medicinais e a devida caracterização do público estudado com composição familiar; tamanho da propriedade e principais fontes de rendas.

A partir dos questionários, seguimos para a interpretação e compreensão dos dados levantados, empregando análise descritiva baseada nas informações proferidas pelos entrevistados, e, para a tabulação desses dados, utilizou-se a técnica de representação como tabelas, quadros e gráficos, além da articulação com outros estudos e pesquisas.

3. Panorama Geral da pesquisa

As plantas medicinais têm papel basilar nas comunidades locais, isso tanto no âmbito econômico quanto no social, cultural e ambiental. Ainda, o cultivo dessas plantas pode significar a diversificação das propriedades rurais, impactando na geração de renda para a família e na conservação da agrobiodiversidade. Destarte, iniciamos a nossa análise com as questões referentes à composição familiar, dada pela idade do responsável pela propriedade e o número de integrantes da família, conforme visualizado no Gráfico 1 e Gráfico 2, respectivamente.

Gráfico 1 – Idade dos entrevistados

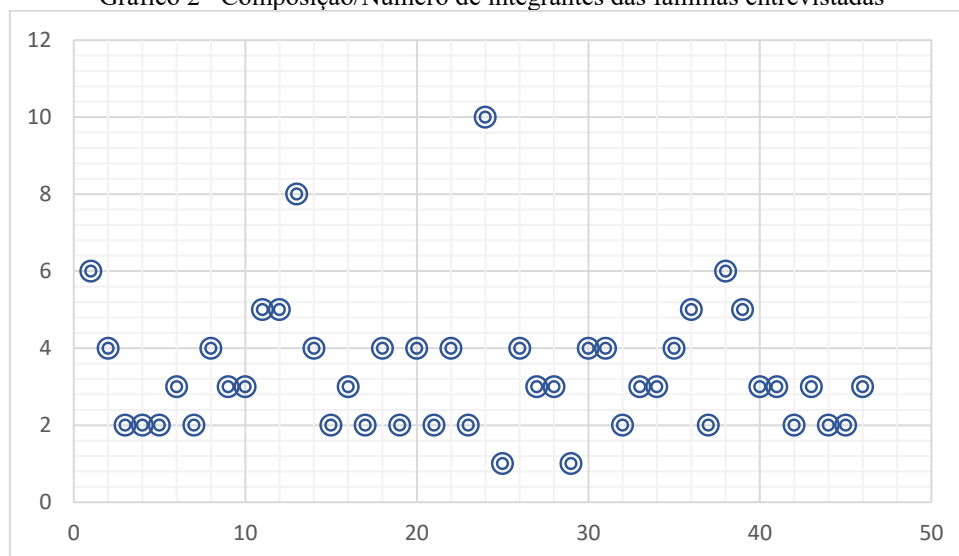


Fonte: Autores (2025).

Nos resultados encontrados através da análise descritiva do perfil das famílias, é possível verificar que as faixas etárias predominantes são: 50 a 60 e 60 a 70 anos, ambas com 12 entrevistados cada; seguido pela faixa etária de 40 a 50 anos e 30 a 40 anos, com 7 entrevistados cada uma; faixa etária de 20 a 30 anos teve apenas 5 responsáveis; e acima de 70 anos, 1 entrevistado apenas como responsável pela propriedade. Cabe destacar que em duas propriedades os entrevistados não relataram suas idades, totalizando 44 entrevistas analisadas.

Esses dados vão ao encontro dos achados de Vogt e Fochezatto (2019) quando analisaram o Censo Rural, ano 2017. Segundo os autores, o Censo demonstrou um aumento na faixa etária acima dos 55 anos, deixando o rural brasileiro mais envelhecido. Maia e Buainain (2015) apontam que as regiões Sul, Sudeste e Nordeste foram aquelas onde houve um aumento acelerado da população idosa no campo.

Gráfico 2– Composição/Número de integrantes das famílias entrevistadas



Fonte: Autores (2025).

Ao analisar a composição familiar, considerando o número de pessoas que vivem na mesma propriedade, teremos a predominância por famílias formadas pelo casal, aparecendo em 13 respostas. A segunda composição é representada por aquelas propriedades compostas por 3 pessoas por família, correspondendo ao montante de 12, essas podem ser formadas pelos casais com um filho (a) ou casais com a sogra, ou sogro. A terceira composição que aparece com maior frequência são as famílias com 4 integrantes, em 10 propriedades. Destaca-se nos dados a formação de 2 propriedades com apenas 1 pessoa; e 1 propriedade com 10 integrantes.

Ao referenciar a formação da unidade familiar, deve-se considerar que ela é composta por diversas faixas etárias e por distintos gêneros, sendo importante assegurar que o desenvolvimento rural esteja ancorado na garantia do bem-estar e qualidade de vida dos membros familiares (Godoy *et al.*, 2022). Também, quando analisadas as propriedades formadas apenas pelo casal e as faixas etárias predominantes, temos uma questão preocupante que seria sucessão familiar. Ou como Bertuzzi, Paskulin e Morais (2012) ponderam, no contexto rural, a redução do número de pessoas na propriedade impacta significativamente na força de trabalho disponível, limitando também o aspecto produtivo da unidade. As autoras destacam que casais idosos também podem sofrer com a solidão e a sobrecarga do trabalho, o que acaba ocasionando um êxodo dessa faixa etária para os centros urbanos.

Em relação ao tamanho das propriedades, teremos: até três hectares, 5 propriedades; três a dez, 14 propriedades; dez a quinze hectares, 16 propriedades; quinze a vinte hectares, 5 propriedades; e acima de vinte hectares, 4 propriedades. A menor propriedade apresentou 2,42 hectares e a maior 24 hectares. Para verificar a produção das propriedades foram perguntadas as principais rendas geradas pela propriedade/unidade familiar, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Principais fontes de rendas das propriedades estudadas

QUEST. Nº	FONTES DE RENDAS
1	Assalariado urbano; hortaliças; frutas; peixe; melado; plantas medicinais
2	Hortaliças; aposentadoria
3	Aposentadoria; hortaliças; frutas
4	Lavoura (soja, trigo, feijão); hortaliças; frutas
5	Balsa; banana

6	Lavoura; integração bovina; mandioca; assalariado urbano; aposentadoria; pensionista
7	Leite; queijo; hortaliças; aposentadoria; frutas (banana, uva, jabuticaba)
8	Hortaliças; frutas (uva); feira; diarista rural
9	Hortaliças; Bolsa Família; aposentadoria
10	Hortaliças; diarista rural; frutas
11	Leite; aposentadoria; moinho
12	Hortaliças; lavoura (soja, trigo, milho); assalariado urbano; aposentadoria
13	Leite; lavoura (soja, milho, feijão); hortaliças; aposentadoria
14	Sem resposta
15	Leite; queijo; hortaliças
16	Arrendamento de terra; queijo; integração aves; hortaliças
17	Mel; aposentadoria; arrendamento
18	Leite; aposentadoria
19	Hortaliças; Leite
20	Leite
21	Aposentadoria
22	Assalariado urbano
23	Leite
24	Aposentadoria; Bolsa Família; diarista rural
25	Assalariado urbano; bovino corte
26	Assalariado urbano; lavoura (soja, milho mourisco)
27	Agroindústria; frutas; Bolsa Família
28	Lavoura (soja, trigo, feijão); hortaliças; assalariado urbano
29	Lavoura (milho); aposentadoria; mel/abelha; peixe
30	Assalariado urbano; arrendamento do lote; mel; pomar
31	Lavoura; hortaliças; leite; queijo; banana; Bolsa Família
32	Hortaliças
33	Hortaliças; arrendamento
34	Hortaliças; leite; Bolsa Família; diarista rural
35	Leite; lavoura
36	Aposentadoria; pensionista; leite
37	Agroindústria; lavoura (soja); aposentadoria; arrendamento
38	Lavoura (soja, milho); hortaliças; frutas; aposentadoria
39	Hortaliças
40	Leite; hortaliça; arrendamento; frutas
41	Leite; frutas; hortaliças; abelhas; vinho; vinagre
42	Aposentadoria; arrendamento
43	Frutas; hortaliças; leite; aposentadoria; assalariado rural
44	Uva; hortaliças (chuchu); aposentadoria
45	Frutas
46	Hortaliças; queijo

Fonte: Autores (2025).

Ao avaliar as principais fontes de rendas, verificamos que a maioria das propriedades (montante de 38) apresenta diversificação de atividades. Stroparo, Suchodoliak, Suchodoliak (2023) reforçam a importância da diversificação de culturas e atividades na agricultura. Para os autores, essa prática, além de melhorar a resiliência dos agricultores, promove a conservação ambiental e contribui para o desenvolvimento rural sustentável.

Destarte, é possível perceber o fenômeno da pluriatividade em algumas delas, com a presença das atividades de assalariado urbano/rural, diarista rural, bolsa família, pensão e aposentadoria, o que corresponde a um exemplo da adaptação e estratégia dos agricultores familiares, combinando as atividades agrícolas e não-agrícolas na propriedade. Para uma melhor compreensão dos dados, dividimos as propriedades em: aquelas somente com atividades agrícolas; com atividades agrícolas e não-agrícolas; e apenas atividades não-agrícolas, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Atividades produtivas nas propriedades estudadas

ATIVIDADE	NÚMERO DE PROPRIEDADES
Somente com atividades agrícolas	14
Com atividades agrícolas e não-agrícolas	28
Apenas atividades não-agrícolas	3
Sem resposta	1
TOTAL	46

Fonte: Autores (2025).

Nesse sentido, teremos: 14 propriedades somente com atividades agrícolas, incluindo como atividade agrícola o arrendamento de terras; 28 propriedades com atividades agrícolas e não-agrícolas, essas combinando atividades agropecuárias como uma ou mais rendas não-agrícolas, a exemplo o assalariado urbano/rural, diarista rural, bolsa família, pensão e aposentadoria; e 3 propriedades apresentam atividades não-agrícolas como geração de renda (1 propriedade onde a aposentadoria é a única fonte de renda, 1 propriedade de assalariado urbano e 1 propriedade com renda centrada na aposentadoria, Bolsa Família e diarista rural, sem nenhuma renda agrícola).

Desse modo, podemos dizer que a maioria das propriedades pode ser classificada como pluriativas. Segundo Kageyama (1998), a pluriatividade pode ser compreendida pela combinação de atividades da família em diversos serviços e/ou mercados. Retomando Alves (2002), nas estratégias não-agrícolas podemos assumir a aposentadoria, atividades/emprego em outros estabelecimentos rurais e/ou urbanos, prestação de serviços e outros. Acrescentando:

A pluriatividade pode ser entendida como a interação das diversas atividades agrícolas e não-agrícolas que a família pode exercer dentro das possibilidades existentes na própria propriedade, bem como atividades fora da sua propriedade, criando um mercado amplo de trabalho, não somente as atividades agropecuárias serão priorizadas e realizadas. Entretanto, isto não significa que os agricultores familiares e suas propriedades deixarão as atividades agropecuárias para se dedicar exclusivamente as atividades não-agrícolas, a pluriatividade deve ser vista como uma estratégia para a melhoria de renda e qualidade de vida para a família. (Godoy; Wizniewsky, 2013, p. 6)

Assim, a pluriatividade refere-se a uma estratégia que combinará duas ou mais atividades, sendo que uma delas deverá obrigatoriamente ser uma atividade agropecuária (Schneider *et al.*, 2006; Schneider, 2009). Acrescentando, Mota *et al.* (2025, p. 197) discorrem que a pluriatividade apresenta “múltiplos componentes, incluindo a disponibilidade de emprego nas zonas rurais, a existência de mercados e políticas públicas”.

Em relação a essas atividades não-agrícolas, a aposentadoria rural se destacou como a principal fonte de renda, citada em 17 propriedades - o que corrobora com a maior faixa etária encontrada nessa pesquisa, seguido pelo trabalho assalariado urbano ou rural em 9 propriedades. O acesso ao Bolsa Família e/ou algum tipo de pensão foram citados 7 vezes, e em menor citação, o trabalho como diarista rural em 4 propriedades.

A década de 1960 foi um período de conquistas de direitos trabalhistas e previdenciários para a população rural, tendo seu ápice com o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), Lei n.º 4.214, 2 de março de 1963, regendo direitos trabalhistas para o público rural. Dentre as conquistas para o público rural destacam-se: a definição de empregador rural e trabalhador rural, organização e reconhecimento dos sindicatos rurais e a prestação de assistência médico-hospitalar para esse segmento. No entanto, os direitos trabalhistas e a previdência social foram assegurados à população rural somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Godoy *et al.*, 2023). Para o trabalhador rural requerer a aposentadoria, conforme a previdência social, ele deve no mínimo comprovar 180 meses na atividade rural e possuir a idade mínima de 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres (Brasil, 2021).

Segundo Pinheiro, Martins, Azevedo (2024), a previdência social tem um papel basilar na inclusão social dos trabalhadores rurais, pois propicia uma segurança econômica e o acesso aos benefícios básicos – aposentadorias, pensões e auxílios. Sakamoto (2014) já refletia que a concessão de aposentadorias rurais vinha assegurando a permanência das pessoas idosas no rural, o que acaba impactando no desenvolvimento rural e regional.

4. Plantas medicinais e agricultura familiar: o que temos no Sudoeste Paranaense

Ao analisar a diversificação de fontes de rendas foi perguntado aos respondentes sobre a produção de plantas medicinais e aromáticas tanto para comercialização quanto para consumo próprio dos agricultores e família, qual(is) o(s) uso(s), o responsável pelo cuidado e se haveria comercialização dessas plantas, conforme listado no Quadro 2.

Quadro 2 – Plantas Medicinais encontradas nas propriedades

QUEST. N.º	VARIETADES ENCONTRADAS	RESPONSÁVEL	COMERCIALIZA
1	Mais de 20 variedades	Mulher	Sim
9	Menta, lavanda, alecrim, caatinga de mulata, losna, manjerição, melissa, poejo, manjerona, citronela, arruda, hortelã (graúda, miúda, talo roxo), ora-pro-nóbis, sálvia, espinheira-santa, tomilho	Casal	Não. CAPA Atuando para fomentar a comercialização
10	Alecrim, citronela, erva-cidreira, babosa, arruda, ora-pro-nóbis	Mulher	Não
14	Arruda, alecrim, orégano, losna, coentro, malva	Mulher	Não
15	Pata de vaca, hortelã, manjerição, espinheira-santa, losna, poejo, manjerona, boldo, açafraão, gengibre, babosa, cidreira, arruda, citronela, graviola, pitangueira, goiabeira, quebra-pedra, romã, alecrim	Mulher	Não
16	Boldo, alecrim, carquerosa, ora-pro-nóbis, pariparoba, tanchagem, manjerição, guiné, sálvia	Mulher	Não
17	Manjerição	Mulher	Não
18	Espinheira-santa, seriguela	Mulher	Não

20	Guiné, arruda, funcho, boldo, babosa, canela, hortelã, erva-cidreira	Mulher	Não
22	Boldo rasteiro, cânfora, mil folhas, malva, alecrim, arruda, artemísia, erva-cidreira	Mulher	Não
23	Guiné, sálvia	Mulher	Não
25	Boldo, espinheira-santa	Mulher	Não
26	Mais de 20 variedades	Mulher	Não
28	Boldo, hortelã, erva-cidreira, citronela, camomila	Mulher	Não
29	Boldo, salsinha, tempero verde, açafraão, cebolinha	Mulher	Não
30	Alecrim, ora-pro-nóbis, gengibre, açafraão, boldo grande, boldo rasteiro, hortelã, losna, caatinga de mulata, goiaba, laranjeira, erva-cidreira	Mulher	Não
31	Cidró, Cidreira	Mulher	Não
32	Mais de 20 variedades	Mulher	Sim
37	Orégano, camomila, manjerona, physalis; manjerição, citronela, guaco, erva-cidreira, menta, hortelã	Mulher	Não
38	Mostarda	Mulher	Não
40	Possui (relatado pelo marido)***	Mulher	Não
41	Losna, boldo, hortelã, manjerona, espinheira-santa	Mulher	Não
43	Losna, boldo, menta, arruda, manjerição, manjerona, caatinga de mulata, violeta, alecrim, pimenta, erva-cidreira fina, erva-cidreira, hortelã, caldo de galinha, melissa	Mulher	Não
TOTAL = 23			

Fonte: Autores (2025).

Primeiramente, examinamos os dados das propriedades que afirmaram ter algum tipo de planta medicinal, das 46 propriedades visitadas, apenas 23 propriedades lembraram de algum tipo de planta medicinal na propriedade. Quando verificamos sobre as variedades encontradas, 16 propriedades relataram mais de 5 tipos de plantas medicinais, apresentando uma considerada variedade, em especial, destas, 3 propriedades se destacam por apresentarem mais de 20 variedades. Entretanto, 6 propriedades apresentam de 1 a 2 variedades somente. Essa questão é corroborada pela fala de um dos entrevistados, que afirma ser melhor e mais barato comprar embalado na cidade do que cultivar.

Outrossim, a redução do cultivo de plantas medicinais nas propriedades rurais impacta diretamente o aspecto da tradição e os saberes populares, causando uma erosão cultural e social. Para Stroparo e Floriani (2024), o cultivo de plantas medicinais resgata práticas ancestrais, mantendo viva a herança cultural das comunidades rurais. Conforme Pereira Júnior, Azevedo e Souza (2024), o cultivo de plantas medicinais na agricultura familiar é uma prática tradicional, possibilitando o seu uso para fins terapêuticos. No estudo realizado por Menezes *et al.* (2009), no município de Tomé-Açu/Pará, ¼ das propriedades rurais familiares apresentavam plantas medicinais.

Quando perguntado sobre quem seria o responsável pelo cuidado dessas plantas, apenas 1 propriedade relatou ser o casal responsável, as demais 22 propriedades responderam que a mulher seria a responsável. Um fato curioso é que um dos entrevistados (questionário 40)

relatou que havia na propriedade plantas medicinais, mas que quem saberia informar melhor seria a esposa, pois é ela quem cuidava dessas plantas.

Essa informação é basilar, pois nos remete que são as mulheres que mantêm e reproduzem os saberes referentes aos usos das plantas medicinais na família. Consequentemente, a conservação dessas plantas nas propriedades passa pela responsabilidade das mulheres rurais. O que é corroborado pela pesquisa realizada por Santos, Júnior e Lima (2023), onde os autores constataram a prevalência das mulheres no cuidado e uso das plantas medicinais. Igualmente, Soares e Oliveira (2021) verificaram que o sexo feminino é o responsável pelos cuidados dessas plantas. Machado (2009) já afirmava que historicamente o cuidado com plantas medicinais e seus preparos eram atribuídos à figura feminina.

Ainda, analisando os dados, as propriedades que possuem um número expressivo de plantas medicinais fazem uso para culinária e para tratamento de enfermidades. Aliás, uma das propriedades, a responsável possui Curso de Especialização em Plantas Medicinais, atendendo à população local com tinturas e as plantas in natura. Dentre as variedades mais citadas estão: boldo e suas variedades (10); hortelã (8); erva-cidreira e variedades (8); alecrim (7); arruda (6); espinheira-santa (6); manjerição (5); citronela (5); manjerona (5); losna (4); ora-pro-nóbis (4); sálvia (3); caatinga de mulata (3); babosa (3); malva (3); menta (3); guiné (3); orégano (2); camomila (2); e melissa (2).

Os agricultores familiares cultivam as plantas medicinais como uma opção para a deficiência no atendimento à saúde e de medicamentos para enfermidades (Carvalho; Campos; Lima, 2021). Na região do Sul, as variedades de plantas medicinais mais encontradas em quintais e em propriedades rurais seriam o boldo, erva-cidreira e hortelã (Costantin, 2005; Da Silva; Furtado; Damasceno, 2021; Rondon *et al.*, 2004). A erva-cidreira é uma das plantas com maior citação e uma das espécies medicinais mais utilizadas pela população brasileira (Santos; Innecco, 2004). Já em relação a espinheira-santa, o estado do Paraná é um dos grandes centros de coleta dessa variedade, sendo um importante cultivo comercial (Júnior; Scheffer, 2014).

Contudo, quando analisamos essas propriedades, no que se refere a comercialização e geração de renda, teremos: apenas 2 propriedades comercializam as plantas medicinais (em negrito no Quadro 2); 1 encontra-se recebendo assistência técnica do CAPA para iniciar a comercialização, já apresentando uma variedade de plantas (sublinhado no Quadro 2); e 1 possui uma grande variedade, mas não tem nenhum tipo de assistência para comercialização (em itálico no Quadro 2). Ao verificar as demais, seria possível fomentar a produção das plantas medicinais, mas para isso, é necessário o acesso a políticas públicas e a assistência técnica.

Além de ser um recurso terapêutico, o cultivo de plantas medicinais pelos agricultores familiares pode ser uma fonte de renda (Santos; Júnior; Lima, 2023; Souza; Nascimento; Silva, 2021). Pergola *et al.* (2024) acrescentam que essas plantas desempenham um papel no âmbito econômico, social, cultural e ecológico nas comunidades rurais.

Conforme Stroparo, Suchodoliak e Suchodoliak (2023), a escolha pelo cultivo comercial de plantas medicinais não está apenas centrado na questão econômica, mas também pela alta demanda no mercado e a facilidade no manejo, o que possibilitaria ao agricultor familiar a oportunidade de se inserir em nichos de mercado, agregando um alto valor agregado ao produto. Acrescentando Kloster e Stroparo (2024), existe um aumento na demanda por produtos naturais e fitoterápicos, isso cria uma demanda e um mercado promissor para o aumento da renda do agricultor. Esse aumento de renda pode ser utilizado pela família para melhorias na propriedade, educação, saúde, bem-estar e outros. Ademais, a produção de plantas medicinais auxilia na conservação do solo e na biodiversidade, pois está vinculado a práticas mais sustentáveis e a baixa necessidade de insumos químicos para sua produção. Entretanto, como Alves e Corrêa (2008) ressaltam, que participação ativa de cooperativas e instituições de

assistência técnica e de extensão rural são fundamentais para a promoção do cultivo de plantas medicinais voltadas ao mercado, bem como o fomento de políticas públicas.

A partir dos dados apresentados, podemos perceber que existe uma certa erosão em relação ao cultivo de plantas medicinais na região. No entanto, foi possível verificar a existência de propriedades que apresentam um número expressivo de plantas em suas propriedades, que poderiam ser geradoras de renda para a família. Igualmente, encontramos o papel basilar das mulheres rurais para a manutenção e conservação dessas plantas e saberes. A conservação da diversidade de plantas medicinais está associada ao uso que as famílias fazem, tais como medicamentos, temperos e alimentos.

O fato do número de espécies cultivadas ser relativamente pequeno ou inexistente na maioria das propriedades ou a pouca comercialização existente, revela a urgência de um trabalho de resgate da diversidade de planta medicinais e entre essa a diversidade de variedades, bem como ampliar seus usos e a comercialização. Uma estratégia possível inclui processos de formação e estratégias de conservação da agrobiodiversidade, tais como a conservação *in situ*, *ex situ* e *on farm*, inclusivamente também se torna importante a criação e fomento de políticas públicas e assistência técnica para as mulheres rurais, propiciando o resgate e manutenção dos seus saberes acerca das plantas medicinais.

5. Considerações Finais

As plantas medicinais correspondem a uma tradição e um saber cultural nas comunidades rurais. Entretanto, nesse estudo podemos verificar que mesmo com propriedades apresentando um significativo número de plantas medicinais em suas propriedades, em muitas não existem esse recurso natural ou possuem poucas variedades. Ainda, a conservação e uso das plantas medicinais não está necessariamente associado a pluriatividade, mas sim, fortemente associada ao cuidado das mulheres nas propriedades rurais. Portanto, são as mulheres que mantêm e replicam o conhecimento do uso de plantas medicinais familiares. Como resultado, a preservação dessas plantas é de responsabilidade das mulheres rurais.

Desse modo, é fundamental pensar em estratégias para o resgate, conservação e uso das plantas medicinais pela agricultura familiar. Assim, para que essas plantas sejam conservadas e/ou comercializadas nas propriedades rurais é de suma importância um fomento de assistência técnica mais efetiva, bem como a criação e acesso às políticas públicas para esse segmento, em especial, para as mulheres rurais. Esse incentivo para conservação e comercialização dessas plantas pode promover benefícios econômicos, sociais e ambientais, bem como o desenvolvimento rural sustentável.

Referências

- ALMEIDA, M. Z. **Plantas medicinais**. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2011.
- ALVES, A. F.; CORRÊA, C. C. Plantas Medicinais como Alternativa de Negócios: Caracterização e Importância. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais eletrônicos [...]** Rio Branco, 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/418.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- ALVES, M. O. Pluriatividade no sertão nordestino: uma estratégia de sobrevivência - O caso do município de Tejuçuoca, estado do Ceará. **Revista Raízes**, v. 21, n. 1, 2002.
- BERTUZZI, D.; PASKULIN, L. G. M.; MORAIS, E. P. de. Arranjos e rede de apoio familiar de idosos que vivem em uma área rural. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 21, p. 158-166, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos**. Brasília: 2006. 60 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Programa nacional de plantas medicinais e fitoterápicos**. Brasília, 2009. 136 p. (Série C. Projetos).

BRASIL. Trabalho, Emprego e Previdência. **Solicitar Aposentadoria por Idade para Trabalhador Rural**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-aposentadoria-poridade-para-trabalhador-rural>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plantas Medicinais e Fitoterápicos. **org.br**, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/plantas-medicinais-e-fitoterapicos>. Acesso em: 21 mar. 2025.

CARVALHO, D. S.; CAMPOS, M. C. C.; LIMA, J. P. S. Caracterização de quintais e aspectos socioeconômicos de moradores que cultivam plantas medicinais em um assentamento rural. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 13, p. 1-17, 2021

COSTA, E. C.; OLIVEIRA, E. L. O uso das plantas medicinais na Comunidade quilombola de Paratibe: Um relato de experiência na E.M.E.F Antônia do Socorro Silva Machado, João Pessoa- PB. **Revista Humanidades e Inovação**, v.4, n.3, p. 288-296, 2017.

COSTANTIN, A. M. **Quintais Agroflorestais na visão dos agricultores de Imaruí - SC**. 2005. 120 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DA SILVA, P. E. S.; FURTADO, C. de O.; DAMASCENO, C. A. Utilização de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos no Sistema Público de Saúde Brasileiro nos últimos 15 anos: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 12, p. 116235-116255, 2021.

GODOY, C. M. T. *et al.* Desafios do desenvolvimento rural: um olhar sobre a população idosa na constituição familiar rural. **Estudios Rurales**, v. 12, n. 25, p. 4, 2022.

GODOY, C. M. T. *et al.* Direitos trabalhistas e previdenciários: um estudo sobre as conquistas das mulheres rurais. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 20, n. 4, out./dez., p. 119-133, 2023.

GODOY, C. M. T.; WIZNIEWSKY, J. G. O Papel da Pluriatividade no Fortalecimento da Agricultura Familiar do Município de Santa Rosa/RS. **Desafio Online**, v. 1, n. 3, 2013.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Os vários Paranás: Sudoeste Paranaense especificidades e diversidades**. Curitiba: Iparades, 2009. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Sudoeste%20Paranaense_especificidades%20e%20diversidades.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

JÚNIOR, C. C.; SCHEFFER, M. C. As plantas medicinais, aromáticas e condimentares e a agricultura familiar. **Horticultura Brasileira**, v. 32, n. 3, 2014.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, v. 2, n.3, p. 515-551, 1998.

KLOSTER, S. L.; STROPARO, T. R. Ervas medicinais: Promovendo sustentabilidade e renda na agricultura familiar. **LUMEN ET VIRTUS**, v. 15, n. 40, p. 4826-4837, 2024.

MACHADO, E. F. **Abordagem etnobotânica sobre o uso de plantas medicinais na comunidade rural do segredinho, Capanema – Pará**. 2019. 95 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Capanema, PA, 2019.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira. **Confin**s, v. 25, p. 1-26, 2015.

MENEZES, A. J. E. A.; STRASSBURGER, A. S.; HOMMA, A. K. O.; MATOS, G. B. M. Caracterização dos pomares caseiros dos pequenos agricultores familiares do Município de Tomé-açu, Pará. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 2009, Brasília. **Anais [...]** Brasília, 2009. p. 1-4.

MONTEIRO, S. da C.; BRANDELLI, C. L. C. Farmacobotânica: Aspectos Teóricos e Aplicação. **Sustinere-Revista de Saúde e Educação**, v. 5, n. 2, p. 374-375, 2017.

MOTA, D. A.; ARAÚJO, K. V. de; MELO, T. V.; BARBÉ, L. da C. Pluriatividade na agricultura familiar: Desafios e implicações na sustentabilidade das famílias e assentamentos rurais. **Revista Orbis Latina**, v. 15, n. 1, p. 196-208, 2025.

PARANÁ. **Lei nº 15.825, de 28 de abril de 2008**. Inclui os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha na região Sudoeste do estado do Paraná, para todos os efeitos estatísticos de órgãos públicos do estado do Paraná. Curitiba, 28 abr. 2008. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-15825-2008-parana-inclui-os-municipios-de-palmas-clevelandia-honorio-serpa-coronel-domingos-soares-e-mangueirinha-na-regiao-sudoeste-do-estado-do-parana-para-todos-os-efeitos-estatisticos-de-orgaos-publicos-do-estado-do-parana>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PEREIRA JUNIOR, G. F.; AZEVEDO, M. da G. B. de; SOUZA, J. B. P. de. Cultivo e uso de plantas medicinais na comunidade rural Sítio Bujari, Cuité, Paraíba, Brasil. **Saúde e meio ambiente: revista interdisciplinar**, v. 13, p. 61–80, 2024. DOI: 10.24302/sma.v13.4875.

PERGOLA, M. *et al.* The Most Relevant Socio-Economic Aspects of Medicinal and Aromatic Plants through a Literature Review. **Agriculture**, v. 14, n. 3, p. 405, 2024.

PINHEIRO, V. de S.; MARTINS, F. C. B. C.; AZEVEDO, D. do C. A Previdência Social Como Instrumento De Inclusão Social No Setor Rural: Uma Análise Jurídica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 11, p. 7039-7050, 2024.

ROCHA, F. A. G.; ARAÚJO, M. D.; COSTA, N. D. L.; SILVA, R. D. O uso terapêutico da flora na história mundial. **Holos**, v. 1, p. 49-61, 2015.

RONDON, R. N. M. *et al.* Os quintais agroflorestais do assentamento rural rio da areia, município de Teixeira Soares, PR. **Cerne**, v. 10, n. 1, p. 125-135, 2004.

SAKAMOTO, C. S. **Mudanças na composição das famílias e impactos na distribuição de rendimentos**: um comparativo entre áreas rurais e urbanas no Brasil. 2014. 159 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.

SANTOS, A. D.; JÚNIOR, L. C. M. M.; LIMA, K. M. M. **Plantas medicinais e agricultura familiar**: Estudo do perfil sociocultural e levantamento de etnoespécies cultivadas na comunidade São João, Tomé-Açu/PA. 2023. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/230914362.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SANTOS, M. R. A.; INNECCO, R. Adubação orgânica e altura de corte da erva-cidreira brasileira. **Horticultura Brasileira**, v. 22, p. 182-185, 2004.

SCHNEIDER, S. *et al.* A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 137-165.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H. C.; MARTINEZ VALLE, L. (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. Quito/Ecuador: Ed. Flacso-Serie, 2009. p. 132-161.

SOARES, B.; OLIVEIRA, J. R. Identificação e Catalogação de espécies de Plantas Medicinais presentes nas comunidades atendidas pela Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual De Feira De Santana (IEPS/UEFS). In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS, 24., 2020, Salvador. **Anais [...]** Salvador: UEFS. 2021. p. 1-7.

SOUZA, A. L. de; NASCIMENTO, A. L. B.; SILVA, T. C. da. Do socioeconomic variables explain medicinal plant knowledge and the diseases they treat? A case study in the Boa Vista community, Alagoas, Northeastern Brazil. **Rodriguésia**, v. 72, p. e02222019, 2021.

STREMEL, E. P.; DE GRANDI, A. M.; STREMEL, D. P.. Cultivo de plantas medicinais na agricultura familiar: um estudo de caso. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 9, n. 1, p. 9-24, 2016.

STROPARO, T. R. Território, agroecologia e soberania alimentar: significações e repercussões sob a égide decolonial. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 13, n. 39, p. 462–472, 2023

STROPARO, T. R.; FLORIANI, N. Sustainable Development Goals (SDGS) and Total Cost of Ownership (TCO): a holistic approach. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 9, p. e4236–e4236, 2024.

STROPARO, T. R.; SUCHODOLIAK, M.; SUCHODOLIAK, L. Diversificação e desenvolvimento rural: agricultura familiar, erva-mate e mel. **Open Science Research X**, v. 10, p. 2047–2058, 2023.

VOGT, C.; FOCHEZATTO, A. **Fatores associados ao envelhecimento rural nos municípios brasileiros**: uma análise usando regressões quantílicas. 2019. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/17068/2/Fatores_associados_ao_envelheci

mento_rural_nos_municipios_brasileiros_uma_analise_usando_regressoes_quantilicas.pdf.
Acesso em: 26 mar. 2025.